

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS**  
**2018**



**ASSOCIAÇÃO**  
**DA CRECHE**  
**DE BRAGA**

Instituição Particular de Solidariedade Social



## Índice

RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	3
1. Atividade da Creche .....	4
2. Informações exigidas por diplomas legais .....	7
3. Factos relevantes após o termo do período .....	8
4. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras .....	8
5. Proposta de aplicação dos resultados.....	8
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
Balanço em 31 de dezembro de 2018.....	10
Demonstração dos Resultados por Naturezas no período findo em 31 de dezembro de 2018.....	11
Demonstração dos Resultados por Funções no período findo em 31 de dezembro de 2018.....	12
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2018 .....	13
Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2018.....	14
Anexo em 31 de dezembro de 2018 .....	15
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	32



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2018

No exercício das suas competências – art.º 4.º do Estatuto – vem a Direção da Associação da Creche de Braga, doravante também designada por ACB, apresentar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral o Relatório de Atividades e Contas do ano de 2018.

A Associação da Creche de Braga, no cumprimento de uma das suas mais relevantes responsabilidades, submete à apreciação e votação da Assembleia Geral o Relatório de Atividades e Contas do ano 2018.

### 1. Atividade da Creche

A Associação da Creche de Braga, desenvolve as seguintes atividades:

- a) Creche: Crianças dos 4 meses até aos três anos - esta resposta social existe no estabelecimento da Sede e em Palmeira e dá resposta a 299 utentes;
- b) Pré-escolar: Crianças dos 3 anos aos 6 anos - esta resposta social existe no estabelecimento da Sede e em Palmeira e dá resposta a 254 utentes;
- c) ATL: Crianças dos 6 anos aos 10 anos - esta resposta social existe no estabelecimento da Sede e em Palmeira e dá resposta a 120 utentes; e
- d) CAO: Jovens e adultos com idades compreendidas entre 21 anos aos 60 anos - esta resposta social existe no estabelecimento Centro D. João Novais e Sousa e dá resposta 63 utentes.

A Associação da Creche de Braga oferece assim um serviço de qualidade na educação, guarda e socialização dos 736 utentes que, todos os dias úteis, nos são confiados o que para tal implica:

- a. Instalações e equipamentos;
- b. Recursos humanos adequados e habilitados, na quantidade e na qualidade certas para tal, assim como para a prestação dos demais serviços de apoio e assistência, realizados por educadoras de infância, trabalhadores auxiliares, trabalhadores de cozinha, técnicos superiores de diversificada formação, secretaria, limpeza, motoristas etc.;
- c. Recursos financeiros, ajustados ao desenvolvimento das atividades e que permitam satisfazer atempadamente tanto as despesas correntes, como as de investimento inovador e recursos financeiros que nos permitam assegurar atempadamente o



pagamento dos salários, reparação de instalações e equipamentos, formação profissional, seguros, contribuições para a S. Social e Finanças, água, luz, aquecimento, etc.

Agora de uma forma sucinta explanaremos o que foi feito durante o ano de 2018:

## **I. Instalações e equipamentos:**

### **a) Estabelecimento Sede**

Na sede foram efetuadas diversas obras e reparações consideradas urgentes, tais como:

- Colocação de Acrílico nas Janelas na sala 7 Creche;
- Pintura das Sala 2J, 5J e 8J; sala de acolhimento, salão polivalente e Corredores do Rés-do-Chão;
- Colocação de Placards Novos;
- Substituição do Piso no Polivalente;
- Desobstrução da Rampa lateral de acesso ao edifício;
- Substituição das luminárias nos corredores do r/chão e 1º Andar;
- Reparação do Parque Infantil e do piso exterior; e
- Aquisição de 250 catres.

Além de todas estas obras e reparações, aguardamos resposta da Câmara Municipal de Braga (CMB) de apoio ao projeto de remodelação das casas de banho.

Em 2018, ficou finalmente legalizado o Edifício do ATL e da Obra de Edificação e ampliação do mesmo, que era uma situação que estava pendente desde 2000.

### **b) Estabelecimento de Palmeira**

Neste estabelecimento foram efetuadas as seguintes Obras e Reparções:

- Substituição das baterias e pneus do carro de transporte de alimentos;
- Reparação das infiltrações da claraboia na Creche Padre A. Fonseca;
- Colocação das Portas Corta-Fogo;
- Colocação do Piso de acesso ao Pré-escolar;
- Substituição das Luminárias no refeitório do Centro N. Sra. Perpetuo Socorro;
- Substituição dos Lavatórios no pré-escolar; e
- Aquisição de 50 catres.



### c) Estabelecimento Centro D. João Novais e Sousa

No ano em curso continuamos a envidar todos os esforços para tentar levar a bom termo a reorganização do espaço físico para os dois CAOs existentes e a criação de um Lar Residencial para 24 Utentes com Deficiência Mental, alguns dos quais a ficar sem retaguarda familiar capaz de lhes prestar suporte básico nos últimos dias das suas vidas. A obra acima mencionada terá de ser realizada em duas fases distintas: a remodelação e ampliação do bloco oficial e a intervenção no edifício principal, uma vez que é necessário manter a Instituição em funcionamento.

Neste sentido,

- Apresentamos uma candidatura ao Portugal 2020 com um orçamento de cerca de 400.000€ para as obras na parte oficial. Ainda não sabemos o resultado;
- Continuamos a cantar os Reis com o mesmo objetivo, os quais renderam este ano 4.600€;
- Temos tentado sensibilizar alguns elementos dos Tribunais, através de pessoas do nosso conhecimento, para que nos atribuam as coimas de algumas infrações, este ano rendeu 1.200€;
- Tivemos alguns mecenas amigos que fizeram uns donativos muito interessantes;
- Participamos na Braga Romana (3.000€), Festas de S. João (1.150€- cascata e desfile); e
- Tivemos 16.697,63€ da Seguradora Fidelidade, relativa aos estragos provocados pelo fogo do S. João no campo de jogos.

Em suma, no ano de 2018 angariamos cerca de 27.000€ para a a conta do Centro D. João Novais e Sousa, a qual perfazia no final de 2018 o montante de 110.909€.

Apresentamos uma candidatura à EDP Solidária para a colocação de Painéis Solares, no Edifício Central, a qual foi a aprovada com uma verba de 38.000€.

Contamos ainda com a colaboração do Rotary Clube de Braga, que se comprometeu a fazer obras na casa de banho da Sala de Apoio Permanente.



## **II. Recursos Humanos e Formação Profissional:**

O Quadro de Pessoal está ajustado as nossas necessidades e conforme as exigências legais.

Durante o ano de 2018 foram feitas várias Ações de Formação tais como:

**- SEDE:**

1. Medidas de autoproteção: 05 de fevereiro, com a duração de 2 horas;
2. Medidas de autoproteção + Simulacro: 13 de junho, com a duração de 3 horas; e
3. Prevenção de incêndios e uso do extintor: 16 de outubro, com a duração de 2 horas.

**- PALMEIRA:**

1. Medidas de autoproteção: 02 de fevereiro, com a duração de 2 horas; e
2. Prevenção de incêndios e uso do extintor: 17 de outubro, com a duração de 2 horas.

**- NOVAIS E SOUSA**

1. Gestão de Stress Profissional com a duração de 25 horas; e
2. Suporte Básico de Vida, com a duração de 25 horas.

A Direção da Associação da Creche de Braga, quer destacar todo o empenho, espírito de equipa de todos os colaboradores da Instituição, assim como a colaboração das diversas entidades tais como a Câmara Municipal de Braga, o Sporting Clube de Braga e o Rotary Norte.

Bem Hajam!

## **III. Recursos Financeiros:**

Em relação a este ponto os nossos objetivos foram atingidos, conseguimos uma fazer uma gestão equilibrada, que gerou um resultado liquido positivo de 25.096,52€.

### **2. Informações exigidas por diplomas legais**

A Direção informa de que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 554/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

### 3. Factos relevantes após o termo do período

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018.

### 4. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção, em reunião de 11 de março de 2019.

### 5. Proposta de aplicação dos resultados


A Associação da Creche de Braga apresentou um resultado líquido do período positivo no valor de 25.096,52€. A Direção propõe que o resultado líquido no período de 2018 seja mantido na rubrica de Resultados Transitados.

Braga, 11 de março de 2019

A Direção



*Júlia Fátima Oliveira Soares Cunha*  
Membro Executivo - Câmara de Dirigidos  
Câmara Municipal de Braga







# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

**Sede**

Rua da Raia, n.º 235 + 4710-923 Braga  
Tel.: 253 200 730 • Fax: 253 200 749  
associacaodacrechedebraga2@gmail.com

**Palmeira**

Av. do Cávado, n.º 122 + 4700-690 Braga  
Tel.: 253 307 100 • Tel.: 253 307 101  
associacaodacrechedebraga2@gmail.com

**Centro D. João Novais e Sousa**

R. D. João de Novais e Sousa, n.º 17  
4710-923 Braga  
Tel.: 253 205 570 • r.nesousa@tnza.pt



## Balanço em 31 de dezembro de 2018

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	2.630.471,88	2.670.741,32
Ativos intangíveis	5	13.873,46	17.193,13
Investimentos financeiros		-	1.840,57
Subtotal		2.644.345,34	2.689.775,02
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	6	3.562,46	4.660,43
Créditos a receber	7	9.011,55	6.281,30
Estado e outros entes públicos	8	7.946,56	574,03
Diferimentos	9	4.620,70	9.308,55
Outros ativos correntes	10	102.425,65	88.728,11
Caixa e depósitos bancários	11	215.119,57	206.825,31
Subtotal		342.686,49	316.377,73
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.987.031,83</b>	<b>3.006.152,75</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	12	25.535,28	25.535,28
Resultados transitados	12	1.564.273,96	1.527.158,00
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	573.993,22	592.817,66
Resultado líquido do período		25.096,52	37.115,86
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>2.188.898,98</b>	<b>2.182.626,80</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	14	210.785,88	243.873,39
Subtotal		210.785,88	243.873,39
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	15	57.059,00	58.162,79
Estado e outros entes públicos	8	105.144,66	104.868,66
Financiamentos obtidos	14	41.837,31	50.587,11
Diferimentos	9	1.730,00	1.580,00
Outros passivos correntes	16	381.576,00	364.454,00
Subtotal		587.346,97	579.652,56
<b>Total do passivo</b>		<b>798.132,85</b>	<b>823.525,95</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2.987.031,83</b>	<b>3.006.152,75</b>

Braga, 11 de março de 2019

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926

*[Handwritten signatures and names in blue ink]*

Maria José da Silva  
 João Pinheiro  
 Célia Aguiar  
 António Costa  
 António Costa  
 António Costa

## Demonstração dos Resultados por Naturezas no período findo em 31 de dezembro de 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	17	902.165,07	874.350,12
Subsídios, doações e legados à exploração	18	1.947.266,76	1.915.919,63
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(132.793,38)	(140.584,26)
Fornecimentos e serviços externos	19	(256.556,98)	(267.068,66)
Gastos com o pessoal	20	(2.405.181,19)	(2.313.489,93)
Outros rendimentos	21	88.990,84	96.060,89
Outros gastos	22	(20.307,40)	(31.127,88)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>123.583,72</b>	<b>134.059,91</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4, 5	(91.648,85)	(89.853,64)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>31.934,87</b>	<b>44.206,27</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	23	127,95	162,43
Juros e gastos similares suportados	23	(6.966,30)	(7.252,84)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>25.096,52</b>	<b>37.115,86</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>25.096,52</b>	<b>37.115,86</b>

Braga, 11 de março de 2019

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926

  
  
 Maria Rosário Macedo Lopes  
 João Manuel Oliveira Gomes Cunha  
 D.ª Ana Filipa Fintura R.  
 António Manuel Gomes de Araújo

## Demonstração dos Resultados por Funções no período findo em 31 de dezembro de 2018

FUNÇÕES	Mês												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	
Receitas e outros produtos	40.714,97	39.570,00	59.294,08	61.024,00	54.851,00	113.389,33	98.751,16	48.132,00	53.864,30	90.182,63	84.202,72	90.182,63	84.202,72
Custo de vendas e dos serviços prestados	10.000,00	17.390,00	26.170,00	29.265,00	28.140,00	12.220,00	13.070,00	1.407,94	29.882,40	110.795,30	100.584,87	110.795,30	100.584,87
Resultado bruto	30.714,97	22.180,00	33.124,08	31.759,00	26.711,00	101.169,33	85.681,16	46.724,06	23.981,90	79.387,33	73.617,85	79.387,33	73.617,85
Outros resultados	35.261,40	30.180,23	46.897,26	41.071,40	35.183,00	22.427,72	19.883,25	24.857,47	43.711,75	276.303,05	205.140,00	276.303,05	205.140,00
Saldo de abertura	151.294,44	175.828,32	308.802,30	166.312,32	170.814,88	118.577,38	280.202,20	19.212,00	162.477,00	1.251.974,00	1.251.974,00	1.251.974,00	1.251.974,00
Saldo de encerramento e desenvolvimento	1.184,96	1.464,32	5.635,96	1.802,30	1.382,50	1.192,56	1.200,58	1.299,48	1.295,52	17.381,40	17.381,40	17.381,40	17.381,40
Outros gastos	1.184,96	1.464,32	5.635,96	1.802,30	1.382,50	1.192,56	1.200,58	1.299,48	1.295,52	17.381,40	17.381,40	17.381,40	17.381,40
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.184,96	1.464,32	5.635,96	1.802,30	1.382,50	1.192,56	1.200,58	1.299,48	1.295,52	17.381,40	17.381,40	17.381,40	17.381,40
Gastos de financiamento (impostos)	150,00	1.500,00	1.400,00	150,00	140,00	160,00	150,00	160,00	150,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
Resultado antes de impostos	1.034,96	294,32	4.235,96	1.652,30	1.242,50	1.032,56	1.050,58	1.139,48	1.145,52	15.881,40	15.881,40	15.881,40	15.881,40
Imposto sobre o rendimento período	218,58	229,72	2.614,47	694,00	1.158,00	1.170,00	899,65	679,99	11.500,00	2.096,52	2.096,52	2.096,52	2.096,52
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>816,38</b>	<b>64,60</b>	<b>1.621,49</b>	<b>958,30</b>	<b>84,50</b>	<b>862,56</b>	<b>150,93</b>	<b>459,49</b>	<b>35,52</b>	<b>13.784,90</b>	<b>13.784,90</b>	<b>13.784,90</b>	<b>13.784,90</b>

Braga, 11 de março de 2019

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926

*Handwritten signatures and names:*  
 Maria Manuela Oliveira Antunes Cunha  
 Carla Ayst Ristara  
 António Manuel Gomes da Silva  
 David Faria



## Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2018

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018** Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade em €				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018</b>	6	25.535,28	1.527.158,00	592.837,66	37.115,86	2.382.626,80
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13	-	37.115,86	(38.824,34)	(37.115,86)	
	7	-	37.115,86	(38.824,34)	(37.115,86)	(38.824,34)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8				25.096,52	25.096,52
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	9=7+8				25.096,52	
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>	10					
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018</b>	6+7+8+10	25.535,28	1.564.273,86	579.993,32	25.096,52	2.184.898,98

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017** Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade em €				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017</b>	1	25.535,28	1.416.035,38	611.649,84	111.062,62	2.364.341,12
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13	-	111.062,62	(18.832,18)	(111.062,62)	
	2	-	111.062,62	(18.832,18)	(111.062,62)	(18.832,18)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3				37.115,86	37.115,86
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	4=2+3				37.115,86	
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>	5					
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017</b>	6=1+2+3+5	25.535,28	1.527.158,00	592.837,66	37.115,86	2.382.626,80

Braga, 11 de março de 2019

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926

*[Handwritten signature]*  
 Hécio Honório Oliveira  
 Cessa Agent System, Lda  
 Lisboa - Rua da ...

*[Handwritten signature]*  
 David ...



## Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2018

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividade operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		902.165,07	874.350,12
Pagamento a fornecedores		(387.587,50)	(398.644,32)
Pagamentos ao pessoal		(1.582.670,16)	(1.512.350,15)
Caixa gerada pelas operações		(1.068.092,59)	(1.036.644,35)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		1.345.419,18	1.365.056,64
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		277.326,59	328.412,29
<b>Fluxos de caixa das atividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	(51.408,50)	(36.704,43)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		127,95	162,43
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(51.280,55)	(36.542,00)
<b>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(210.785,48)	(243.873,39)
Juros e gastos similares		(6.966,30)	(7.252,84)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(217.751,78)	(251.126,23)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		8.294,26	40.744,06
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	206.825,31	166.081,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	215.119,57	206.825,31

Braga, 11 de março de 2019

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926

*[Handwritten signatures and names]*  
 Irina Pereira  
 Maria Fernanda Oliveira  
 Costa Aguiar  
 Contabilista Certificada



## Anexo em 31 de dezembro de 2018

### 1. Identificação da Entidade

A "ASSOCIAÇÃO CRECHE DE BRAGA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República nº18 de 25 de Janeiro de 2008, Série II, com sede em Rua do Raio nº235, 4710-923-Braga. Tem como atividade Educação de Infância e Jovens para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- A prevenção e a reparação de situações de carência e de desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais;
- A integração e a promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades;
- Assegurar especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente bebés, crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência e idosos;
- Dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos;
- Facultar todo o tipo de respostas de ação social ao seu alcance;

Apoiar, nomeada e principalmente, na educação de bebés, crianças, adolescentes e jovens, contribuindo para o seu crescimento integral, a nível físico, pessoal, familiar, mental/intelectual, psicológico, emocional/afetivo, ético/moral, religioso e social

### 2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e

- Normas Interpretativas (NI).

### **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

##### **3.1.1. Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

##### **3.1.3. Consistência de apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

##### **3.1.4. Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas



demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

### 3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecido, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos intangíveis" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Outros ativos intangíveis	3

### 3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda.

Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

#### **3.2.4. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Associados/membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão reconhecidos no ativo pela quantia realizável líquida.

### Créditos a receber e Outros ativos correntes

Os “Créditos a receber” e as “Outros ativos correntes” encontram-se reconhecidas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são reconhecidas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma.

### Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.6. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os passivos Contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.7. Financiamentos obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos obtidos” encontram-se reconhecidos, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos financeiros” de “Empréstimos obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. Os rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.



Os "Encargos financeiros" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

### 3.2.8. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que aplicável.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 do Código do IRC encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.º. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88.º do Código do IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.2.9. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

### **3.2.10. Subsídios e outros apoios de entidades públicas**

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão reconhecidos em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são imputados na demonstração dos resultados de cada período, na proporção das depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e reconhecidos, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

### **3.2.11. Fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

### **3.2.12. Julgamentos e estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.



As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

### 3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

## 4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2018				
Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Saldo em 31-dez-2018
<b>Custo</b>				
Edifícios e outras construções	3879688,62	47038,92	-	3926727,54
Equipamento básico	417 344,03	4369,58	(3348,76)	418364,85
Equipamento de transporte	123 463,40	-	-	123463,40
Equipamento administrativo	122 436,78	-	-	122436,78
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	-	189,36
Investimentos em curso	8 495,00	-	-	8 495,00
<b>Total</b>	<b>4551617,19</b>	<b>51408,50</b>	<b>(3348,76)</b>	<b>4599676,93</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Edifícios e outras construções	1 234 588,14	73 467,73	-	1 307 613,22
Equipamento básico	419 793,35	14122,48	-	432 150,10
Equipamento de transporte	123 463,40	-	-	41 877,32
Equipamento administrativo	102 841,62	738,97	-	103 378,12
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	-	189,36
<b>Total</b>	<b>1 880 875,87</b>	<b>86 533,97</b>		<b>1969205,05</b>
			<b>Quantia escriturada</b>	<b>2630471,88</b>





Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Saldo em 31-dez-2017
<b>Custo</b>				
Edifícios e outras construções	3.866.485,50	13.203,12	-	3.879.688,62
Equipamento básico	408.329,50	10.602,34	(1.587,81)	417.344,03
Equipamento de transporte	205.049,48	-	(81.586,08)	123.463,40
Equipamento administrativo	121.419,61	1.017,17	-	122.436,78
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	-	189,36
Investimentos em curso	8.495,00	-	-	8.495,00
<b>Total</b>	<b>4.609.968,45</b>	<b>24.822,63</b>	<b>(83.173,89)</b>	<b>4.551.617,19</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Edifícios e outras construções	1.161.320,13	73.025,08	-	1.234.345,21
Equipamento básico	407.737,76	12.356,75	-	420.094,51
Equipamento de transporte	205.049,48	-	(81.586,08)	123.463,40
Equipamento administrativo	102.246,89	1.152,14	(615,64)	102.783,39
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	-	189,36
<b>Total</b>	<b>1.876.543,62</b>	<b>86.533,97</b>	<b>(82.201,72)</b>	<b>1.880.875,87</b>
			<b>Quantia escriturada</b>	<b>2.670.741,32</b>

## 5. Ativos Intangíveis

### Outros ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-dez-2018
<b>Custo</b>			
Outros ativos intangíveis	18.692,10	-	18.692,10
<b>Total</b>	<b>18.692,10</b>	<b>-</b>	<b>18.692,10</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>			
Outros ativos intangíveis	1.498,97	3.319,67	4.818,64
<b>Total</b>	<b>1.498,97</b>	<b>3.319,67</b>	<b>4.818,64</b>
			<b>Quantia escriturada</b> 13.873,46

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-dez-2017
<b>Custo</b>			
Outros ativos intangíveis	11.607,30	7.084,80	18.692,10
<b>Total</b>	<b>11.607,30</b>	<b>7.084,80</b>	<b>18.692,10</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>			
Outros ativos intangíveis	2.976,30	3.319,67	1.498,97
<b>Total</b>	<b>2.976,30</b>	<b>3.319,67</b>	<b>1.498,97</b>
			<b>Quantia escriturada</b> 17.193,13



## 6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2018	Compras	Inventário em 31-dez-2018	CMVMC em 2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.660,43	131.695,41	3.562,46	132.793,38
<b>Total</b>	<b>4.660,43</b>	<b>131.695,41</b>	<b>3.562,46</b>	<b>132.793,38</b>

Descrição	Inventário em 01-jan-2017	Compras	Inventário em 31-dez-2017	CMVMC em 2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.046,33	139.198,36	4.660,43	140.584,26
<b>Total</b>	<b>6.046,33</b>	<b>139.198,36</b>	<b>4.660,43</b>	<b>140.584,26</b>

## 7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Clientes e Utentes c/c	9.011,55	6.281,30
Utentes	9.011,55	6.281,30
<b>Total</b>	<b>9.011,55</b>	<b>6.281,30</b>

## 8. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	7.946,56	574,03
<b>Total</b>	<b>7.946,56</b>	<b>574,03</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	19.226,00	21.207,00
Segurança Social	85.352,74	82.735,75
Outros Impostos e Taxas	565,92	925,91
<b>Total</b>	<b>105.144,66</b>	<b>104.868,66</b>

## 9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	4.620,70	9.308,55
<b>Total</b>	<b>4.620,70</b>	<b>9.308,55</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Rendas	1.730,00	1.580,00
<b>Total</b>	<b>1.730,00</b>	<b>1.580,00</b>

## 10. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Entidades devedores por subsídios	99.450,65	86.771,11
Fundo de Participação Financeira	77.017,78	64.338,24
Segurança Social	22.432,87	22.432,87
Outros devedores	2.975,00	1.957,00
Perdas por Imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>102.425,65</b>	<b>88.728,11</b>

## 11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa	16.783,05	2.905,72
Depósitos à ordem	198.336,52	203.919,59
<b>Total</b>	<b>215.119,57</b>	<b>206.825,31</b>

## 12. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2018
Fundos	25.535,28	-	-	25.535,28
Resultados transitados	1.527.158,00	37.115,96	-	1.564.273,96
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	592.817,66	-	18.824,44	573.993,22
Resultado líquido do período	37.115,86	25.096,52	37.115,86	25.096,52
<b>Total</b>	<b>2.182.626,80</b>	<b>62.212,48</b>	<b>55.940,30</b>	<b>2.188.898,98</b>

### 13. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Diminuições	Saldo em 31-dez-2018
Subsídios ao investimento	592.817,66	18.824,34	573.993,22
Fundo Socorro Social	261.246,34	7.957,53	253.288,81
Pares	328.766,24	8.061,83	320.704,41
Barclays	2.804,98	2.804,98	-
<b>Total</b>	<b>592.817,66</b>	<b>18.824,34</b>	<b>573.993,22</b>

### 14. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a entidade apresentava os seguintes valores relativos a "Financiamentos obtidos":

Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Empréstimos Bancários	210.785,88	41.837,31	252.623,19	243.873,39	50.587,11	294.460,50
<b>Total</b>	<b>210.785,88</b>	<b>41.837,31</b>	<b>252.623,19</b>	<b>243.873,39</b>	<b>50.587,11</b>	<b>294.460,50</b>

Os prazos de reembolso dos empréstimos bancários são os seguintes:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
	Capital	Capital
Até um ano	41.837,31	50.587,11
De um a cinco anos	210.785,88	243.873,39
<b>Total</b>	<b>252.623,19</b>	<b>294.460,50</b>

### 15. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Fornecedores c/c	57.059,00	58.162,79
<b>Total</b>	<b>57.059,00</b>	<b>58.162,79</b>

### 16. Outros passivos correntes

A rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Outras dívidas a pagar		
Credores por acréscimos de gastos	381.576,00	364.454,00
Remunerações a liquidar	381.576,00	364.454,00
<b>Total</b>	<b>381.576,00</b>	<b>364.454,00</b>

## 17. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a “*Serviços Prestados*”:

Descrição	2018	2017
Matrículas e Mensalidades	902.165,07	874.350,12
<b>Total</b>	<b>902.165,07</b>	<b>874.350,12</b>

## 18. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2018 e 2017, a decomposição da rubrica de “*Subsídios, doações e legados à exploração*” era a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.870.248,98	1.845.816,43
Fundo de Compensação Financeira	77.017,78	62.493,76
INR	-	7.609,44
<b>Total</b>	<b>1.947.266,76</b>	<b>1.915.919,63</b>

## 19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	44.209,74	63.239,82
Trabalhos Especializados	24.008,84	31.915,23
Conservação e reparação	12.566,59	16.293,69
Honorários	1.291,50	8.671,50
Materiais	4.972,05	5.205,63
Energia e fluidos	113.753,62	108.164,23
Deslocações, estadas e transportes	14.739,55	16.450,55
Serviços diversos (*)	78.882,02	74.008,43
Limpeza e Higiene	36.715,35	34.636,94
Material Didático	19.115,52	17.565,19
Comunicação	5.728,63	6.304,14
<b>Total</b>	<b>256.556,98</b>	<b>267.068,66</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

## 20. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2018 e 2017, foram 7 em ambos os anos. Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 foi de 160 e em 2017 foi de 156.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações do pessoal	1.951.937,10	1.884.719,97
Encargos sobre as remunerações	421.960,46	405.445,25
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	31.051,38	19.480,71
Outros gastos com o pessoal	232,25	3.844,00
<b>Total</b>	<b>2.405.181,19</b>	<b>2.313.489,93</b>

## 21. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos", nos períodos de 2018 e 2017 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos suplementares	26.966,71	26.539,55
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	27.662,92
Outros rendimentos (*)	62.024,13	41.858,42
Subsídios para investimentos	18.824,34	18.832,18
Correções relativas a períodos anteriores	2.731,38	18.151,73
Outros	18.569,63	4.874,51
<b>Total</b>	<b>88.990,84</b>	<b>96.060,89</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

## 22. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos", nos períodos de 2018 e 2017, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outros gastos (*)	20.307,40	31.127,88
Outros	2.954,10	21.252,46
Correções relativas a períodos anteriores	14.687,18	6.349,42
Condomínios	2.666,12	3.526,00
<b>Total</b>	<b>20.307,40</b>	<b>31.127,88</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

## 23. Resultados financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	6.966,30	7.252,84
<b>Total</b>	<b>6.966,30</b>	<b>7.252,84</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	127,95	162,43
<b>Total</b>	<b>127,95</b>	<b>162,43</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(6.838,35)</b>	<b>(7.090,41)</b>



## 24. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2018 e 2017, foram de € 3.321,00 (IVA incluído) em cada um dos períodos, referentes exclusivamente a serviços de revisão legal das contas.

## 25. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se verificaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção em 18 de março de 2019.

Braga, 18 de março de 2019

A Direção

*João Honório Oliveira Antunes Coelho*

A Contabilista Certificada, n.º 55.926



# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****OPINIÃO**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 2.987.031,83 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.188.898,98 euros, incluindo um resultado líquido do período de 25.096,52 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa e o Anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

**BASES PARA A OPINIÃO**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**RESPONSABILIDADES DA DIREÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Direção é responsável pela:

- preparação das demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

**RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em nossa opinião o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 26 de março de 2019



Joaquim Guimarães, Manuela Melheiro e Mário Guimarães, SROC  
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459  
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC  
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771